



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657



OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE A INDISCIPLINA EM SALA DE AULA

ANA CLÁUDIA SOUSA MENDONÇA
DANILO MOTA DE JESUS
RITA DE CÁCIA SANTOS SOUZA

EIXO: 5. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca dos desafios da prática docente nos anos iniciais diante dos casos de indisciplina. Além disso, pretende discutir sobre o papel do professor e como as mazelas sociais, a ingerência das políticas públicas, a falta de recursos humanos e materiais influenciam e desestruturam o trabalho dentro das instituições educacionais, surgindo assim, a necessidade de um novo olhar para a educação nas comunidades periféricas, visto que, são as mais atingidas. O trabalho é voltado para as séries iniciais do Ensino Fundamental Menor, devido ao desejo dos autores em compartilhar inquietações e angústias, além de serem a base da educação, da construção dos princípios morais, sociais e de onde sairão as futuras gerações. Consta-se que os profissionais da educação exercem papéis que antes pertenciam à família.

Palavras-chave: Educação. Indisciplina. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the challenges of teaching practice in the early years before cases of indiscipline. It also aims to discuss the role of the teacher and how the social ills, the interference of public policies, lack of human and material resources influence and disrupt the work within the educational institutions, arising thus the need of a new look for education in remote communities, as they are the hardest hit. The work is aimed at the early grades of elementary school Minor, due to the desire of authors to share concerns and anxieties, and are the basis of education, construction of moral, social principles and which will leave future generations. It appears that education professionals play roles that once belonged to the family.

Keywords: Educate. Indiscipline. Public Policy.

INTRODUÇÃO

Vive-se na corrida por uma educação de qualidade, em um país onde poucos têm muito e muitos têm pouco desde o princípio; essa diferença social sempre afetou os bancos escolares porque envolve conhecimentos, direitos, deveres, qualidade de vida e possibilidades de mudanças.

No entanto, a realidade das escolas públicas apresenta um diagnóstico que grita por socorro diariamente na figura do seu representante, o professor. Todavia, o presente artigo irá deter-se nas séries iniciais do Ensino Fundamental Menor, justificando-se esta escolha pelo desejo dos autores em compartilhar angústias e desejo de fazer acontecer e tentar colher frutos em pedras brutas, no que tange ao processo de educação primária, onde o ensinar se confunde com o educar ou o educar se confunde com o ensinar.

E qual é o certo? Existe certo ou errado diante de tantas incertezas e fracassos escolares? Quem errou nessa caminhada? Os pais, a sociedade capitalista, as políticas públicas, as academias que não prepararam o professor para a realidade ou o professor que está fazendo um trabalho que não é o seu?

Diante dessas indagações, um dos autores como professor de um 4º Ano, de uma Escola Pública da Rede Estadual, localizada em um bairro periférico, incitou os colegas através das experiências diárias, e juntos dialogaram com os estudiosos em busca de caminhos que levem a compreender a difícil arte de ensinar e educar ou a difícil arte de educar e ensinar.

A não existência de um trabalho de base familiar, origina diversos problemas dentro das instituições escolares, refletindo dentro da comunidade em que a escola está inserida e em todas as relações.

O público atendido na escola em estudo, traz na bagagem, diversos problemas de ordem afetiva, social, educacional, psicológica, familiar e comportamental, o que ocasiona uma aprendizagem deficitária gerando o analfabetismo funcional. A Constituição da República Federativa do Brasil (1997) diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1997, Art. 205, p.108).

No entanto, os papéis andam se perdendo diante de tantas inovações e o professor como representante da escola, passou a assumir e desenvolver funções que não são suas, deixando assim de exercer a função primordial que é a de ensinar.

Como bem coloca Paulo Freire (1996) quando diz: “quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, à suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho - a de ensinar e não a de transferir conhecimento”. (PAULO FREIRE, 1996, p. 47).

Ficam-nos as indagações em relação ao papel do professor, que hoje antes de ensinar tem que educar transferir conhecimentos que seriam passados pela família, regras básicas da primeira escola que o aluno vivencia.

Sabe-se que se a primeira instituição onde a criança está inserida fracassa, a tendência é que a seguinte venha a ter problemas em desenvolver o seu papel, principalmente porque se vive a era onde tudo pode, onde as leis têm momentos que funciona às avessas, onde as pessoas só sabem dos direitos e os deveres não lhes interessam e onde tem sempre alguém que será taxado de culpado.

Buscar-se-á através desse artigo, entender por que trabalhar como professor, está deixando de ser uma profissão desejada, tantos profissionais sendo agredidos através das esferas física, psicológica e verbal dentro das escolas e especificamente na escola em estudo; de que forma o ambiente familiar e a comunidade em que o aluno está inserido contribuem diretamente com todas essas mazelas sociais e educacionais. Edgar Morin (2001) faz um alerta sobre a nobreza da compreensão:

“A compreensão não pode ser quantificada. Educar para compreender a matemática ou uma disciplina determinada é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra. Nela encontra-se a missão propriamente espiritual da educação: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade”. (EDGAR MORIN, 2001, p. 93).

Como afirma Morin (2001), no processo de construção do presente artigo, a compreensão será parceira dos diálogos entre os autores e os estudiosos na busca de respostas para todas as inquietações que permeiam as salas de aula da referida escola, na tentativa de encontrar caminhos para o desenvolvimento de um trabalho que dê frutos futuramente.

Salienta-se que a escola tem diversas funções e que se esperam desempenhos positivos da mesma na sociedade inserida, no entanto como coloca Nadal (2009):

“A função social da escola não se restringe a tais aspectos da formação geral. Não se pode perder de vista que esse homem – formado pela escolarização – precisa inserir-se numa sociedade (global) que, devido à sua estruturação econômica, restringe (em níveis globais/continentais) cada vez mais o acesso efetivo a processos e bens que garantem maior qualidade de vida. Na realidade, o aumento dos socialmente excluídos impõe à escola a necessidade de preparar de fato os alunos para a inserção crítica e conscienciosa no mundo do trabalho, pois, sem recursos culturais, as chances de inserção diminuem tremendamente e as possibilidades de transformação da realidade econômica dada praticamente se anulam”. (NADAL, 2009, p. 31).

Sendo assim, na busca incessante de desenvolver um trabalho digno, os profissionais da referida escola seguem em meio a todos os problemas oriundos de vários setores: políticos, sociais, comunitários, familiares e educacionais; no entanto, o compromisso e a ética alimentam o desejo de encontrarem caminhos e ajudarem seus alunos na construção da sua história de vida, apresentando possibilidades de transformação da realidade em que se encontram, visto que, como colocou Nadal (2009), se não houver essa inserção na sociedade, haverá o aumento dos socialmente excluídos.

O FRACASSO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Emergem nas instituições escolares, do final do século XX, até os dias atuais, com a aceleração da globalização e o

processo do capitalismo do ter e do poder, problemas oriundos de lares desestruturados, crianças sem limites e pais sem condições psicológicas, educacional, estrutural e financeira de gerenciar uma família e todos os ônus e bônus que fazem parte dessa construção.

A primeira escola por onde cada ser em formação passa, é a escola familiar; é na família que se aprende os princípios básicos de uma educação de qualidade, os deveres e os direitos inerentes a todos; no entanto, o quadro das sociedades/comunidades que se apresentam hoje em dia é outro.

A segunda escola, como bem coloca Paulo Freire *apud* Gadotti (2006), está perdendo a sua concepção de Escola Cidadã, que vem sendo construída desde o início da década de 90, e sobre a mesma fala:

A Escola Cidadã é aquela que se assume como centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia. (PAULO FREIRE *APUD* GADOTTI, 2006, p. 68-69).

Na corrida da vida, as famílias estão sendo construídas sem planejamento, e o reflexo dessa mudança surge nas escolas. Hoje os professores estão lidando com crianças indisciplinadas, agressivas, sem as noções básicas de respeito, higiene, comportamento e valorização pelo ter e o ser.

A clientela que frequenta a escola em estudo, é oriunda de diversas formações e convivem com as mazelas que atingem em uma porcentagem maior, as populações carentes: o desemprego, as drogas, as mortes, a violência doméstica, a prostituição, o álcool, a falta de saneamento básico, os roubos, arrombamentos, tiroteios, enfim, tudo que desestrutura as famílias e desconstrói os pilares educacionais.

Diversos depoimentos são dados nas portas das salas por mães e pais desesperados que não sabem mais como fazer com filhos de dez, onze, doze anos; famílias que não tiveram o básico para serem alicerçadas, onde os filhos são criados pela vida, em um ambiente que não é saudável em todos os aspectos. Diante dessas questões, onde a escola se encaixa e qual a sua finalidade?

A escola é uma instituição social que tem por finalidade garantir a educação de uma sociedade, assegurando que os direitos e saberes por ela proferidos se perpetuem através das gerações. Nesse sentido, está diretamente comprometida com as questões culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas de uma sociedade e, como lugar de encontro de pessoas de uma determinada cultura, acaba por ser um representante legítimo das relações de poder que são veiculadas no entorno social. (FELDMANN E D'AGUA *APUD* FELDMANN, 2009, p. 190).

Perante essa definição, é lembrado um episódio, de uma determinada sexta-feira, uma mãe que foi chamada até a escola por causa do comportamento do filho, aluno de um dos autores; essa mãe fez um relato com uma mistura de desabafo e pedido de socorro nas entrelinhas, que assustou e marcou com um misto de impotência, ao professor e ao colega que também era professor de um outro filho dessa senhora.

Diante do desabafo a seguir, Soares (2007), coloca que:

a exclusão do agir e do participar politicamente, longe de ser produto de uma "ignorância" causada pelo analfabetismo, pelo não-acesso à leitura e à escrita, é produto das iniquidades sociais que, elas sim, impõem estreitos limites ao exercício dos direitos sociais, civis e políticos que constituem a cidadania. Basta que se considere a co-ocorrência de indicadores de exclusão: altas taxas de analfabetismo e outros indicadores educacionais (taxa de repetência, de evasão, de exclusão da escola etc.) ocorrem ao lado de baixas faixas salariais, maiores índices de subnutrição, de mortalidade, de expectativa de vida etc. (SOARES, 2007, p. 56).

Ela contou que trabalhava como empregada doméstica (diarista) em várias casas e nem sempre tinha serviço; o marido perdeu a visão e estava em casa incapacitado; em sua residência, onze pessoas, dentro do mesmo espaço, e ela não tinha estudo nenhum; nessa formação familiar, o filho mais velho com 15 (quinze) anos já estava casado com uma adolescente de 14 (catorze) anos e morando todos no mesmo local; toda a renda familiar era a dela quando trabalhava; em meio às lágrimas disse que em diversas vezes pensou em tirar a própria vida e dos dois filhos mais novos, no caso os referidos alunos.

Todo o desabafo foi ouvido, conselhos foram dados e foi feito o que se podia naquele momento, esquecendo o motivo do chamado daquela mãe até a escola, e diante das palavras ouvidas, a compreensão do comportamento daquelas crianças, vítimas da desestruturação familiar e da falta de políticas públicas mais efetivas nas comunidades carentes. Segundo Edgar Morin (2001),

“a situação é paradoxal sobre a nossa Terra. As interdependências multiplicaram-se. A consciência de ser solidários com a vida e a morte, de agora em diante, une os humanos uns aos outros. A comunicação triunfa, o planeta é atravessado por redes, fax, telefones celulares, modems, internet. Entretanto, a incompreensão permanece geral. Sem dúvida, há importantes e múltiplos progressos da compreensão, mas o avanço da incompreensão parece ainda maior. O problema da compreensão tornou-se crucial para os humanos. E, por este motivo, deve-se ser uma das finalidades da educação para o futuro”. (EDGAR MORIN, 2001, p. 93).

Diante do relato daquela mãe, o lado humano, a compreensão de uma realidade que não se encontrava distante de tantas outras do nosso dia-a-dia nos angustiou, fazendo que o motivo principal daquela reunião fosse por enquanto arquivado e a escola na pessoa do professor, mais uma vez mudou o foco.

Hoje, não há como desvincular nas escolas ensinar do educar ou educar do ensinar, visto que as nossas crianças estão chegando sem noções simples que são aprendidas em casa, no seio familiar; isso acontece porque a formação familiar vem sofrendo com as mazelas da sociedade capitalista.

Há diversos tipos de formações familiar dentro da sociedade em estudo, predomina um número maior de relacionamentos, onde surgem frutos de todos, ou filhos sendo criados com os avós porque a mãe partiu para o terceiro ou quarto relacionamento e os filhos vão ficando; crianças que tem um pai e dois padrastos, outros que já nem sabem a quem chama de mãe ou tia em virtude da rotatividade.

E ainda existem os casos de pai e mãe presidiários, pai presidiário e mãe alcoólatra, enfim, são diversos os problemas familiares e a posição do professor como mediador na busca pelo conhecimento, acaba sofrendo quebras preciosas na caminhada; às vezes uma frase simples dita em sala de aula pode causar um desconforto tanto para o professor como para o seu aluno; exemplificando situações onde se perde o chão: é comum o aluno está conversando muito, não fazendo suas atividades e o professor falar que vai chamar a mãe ou o pai para conversar.

Até aí, tudo normal; problema é quando o professor olha para aquele ser em formação e diz: vou chamar seu pai para conversar e escuta: tá tia meu pai a polícia matou e minha mãe tá presa e o professor para não ter tempo de chorar por aquela criança responde que chamará o responsável por ele e prossegue na labuta para não deixar transparecer que aquela criança é especial, e sim, dentro do contexto, igual aos demais. Paulo Freire (1996) diz que:

“o melhor ponto de partida para estas reflexões é a inconclusão do ser humano de que se tornou consciente. Como vimos, aí radica a nossa educabilidade bem como a nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas mas também delas podemos ter um conhecimento cabal. A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo de plantas. A nossa capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, sugere ou, mais do que isso, implica a nossa habilidade de apreender a substantividade do objeto aprendido”. (PAULO FREIRE, 1996, p. 68-69).

O texto acima vem fortalecer a capacidade mutante do professor em se adaptar as tempestades que fazem parte da profissão, e como o mesmo consegue lidar com as diversas situações que adentram as salas de aula e para as quais a preparação surge de acordo com o grau do problema e com o poder de buscar caminhos, às vezes, para o improvável.

A ESCOLA E AS DIFICULDADES ATUAIS

A escola agrega uma série de dificuldades que se juntam aos fracassos da educação familiar, e tornam-se um emaranhado na caminhada do professor, que em diversos momentos chega a pensar em abandonar o barco e partir para outros mares; vive-se na escola a fase que praticamente só se tem para trabalhar o aluno e o professor, pois, falta o básico como: papel, livros didáticos, limpeza do ambiente, merenda e recursos humanos.

As adversidades são muitas, a labuta difícil, todavia, o querer ser mediador nas histórias de vida dessas crianças encoraja o professor a seguir e não abrir mão de uma educação de qualidade para todos, onde os direitos e deveres sejam preservados de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (1997) que diz em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1997, p. 12).

As crianças que chegam até a referida escola, na sua maioria possuem marcas que às vezes, estão internas, e essas são as mais difíceis de serem cuidadas porque estão camufladas por detrás da indisciplina, agressividade, bloqueios que refletem na aprendizagem, inquietação, mal humor, frieza, impulsividade, falta de respeito para com o professor e colegas e um sorriso sem afetividade, sem vida no corpo de um ser ao mesmo tempo pequeno e inofensivo.

Os relatos de vida são angustiantes para tão pequenos seres que através de conversas soltas com adultos da família ou dos próprios, vamos montando quebra – cabeças complicadas; são crianças privadas às vezes da presença masculina, outras da feminina, ou dos dois, em outras situações de carinho, saúde, alimentação, higiene primária, bons modos, respeito ao outro e ao que pertence ao próximo.

Paulo Freire (1996) coloca algumas situações que o professor pode agregar a sua dinâmica, utilizando-se da vivência do aluno para trabalhar a teoria e o concreto palpável, diz:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Essa pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. (PAULO FREIRE, 1996, p. 30).

Demagogia são as promessas de melhorias, educação de qualidade, saúde ao alcance de todos, ruas pavimentadas, saneamento básico, proteção garantida no direito de ir e vir, enfim, tudo que consta na Constituição da República Federativa do Brasil (1997) e que na maioria das vezes não saem do papel ou dos horários políticos.

O sentimento de impotência que cerca o professor no desenrolar da sua prática atual, tem causado diversos problemas de saúde; são muitos os profissionais afastados ou readaptados com depressão, problemas vocais, agressões físicas, psicológicas, atentados à vida, enfim, situações que estão afastando às pessoas da profissão primordial para a existência das demais, ser professor. Nadal (2009), coloca que:

“ao longo dos anos e apesar de a educação figurar entre as prioridades apresentadas nos discursos políticos, bem como a despeito da evolução das críticas e preposições das teorias educacionais, não se tem conseguido reverter satisfatoriamente o quadro da educação, em especial da educação pública. Talvez seja possível dizer que, em alguns sentidos, a situação tende a se agravar com a perda de alguns avanços duramente conquistados, já que o Estado moderno, de bem-estar social, passa a assumir uma postura de matiz neoliberal, ficando à mercê da lógica do mercado”. (NADAL, 2009, p. 28-29).

Emerge a necessidade de políticas públicas voltadas para a vida da escola, que são os alunos e os professores; pois, sem os mesmos não se tem o porquê da existência da mesma. Há a necessidade de determinados profissionais, na atualidade, nas instituições escolares como apoios educativos aos professores que estão sozinhos e lutando contra forças maiores que estão dentro e ao redor das escolas.

Inúmeros são os obstáculos que envolvem o aprendizado e o desenvolvimento potencial das crianças/alunos; a falta estrutural na base familiar refletirá na aprendizagem e no comportamento social, pois, não se dissocia família/escola/aprendizagem/sociedade.

Vigotsky (2010) em relação aos problemas que envolvem o aprendizado e o desenvolvimento das crianças coloca:

Os problemas encontrados na análise psicológica do ensino não podem ser corretamente resolvidos ou mesmo formulados sem nos referirmos à relação entre o aprendizado e o desenvolvimento em crianças em idade escolar. Este ainda é o mais obscuro de todos os problemas básicos necessários à aplicação de teorias do desenvolvimento da criança aos problemas educacionais. [...]. No entanto, a relação entre aprendizado e desenvolvimento permanece, do ponto de vista metodológico, obscura, uma vez que pesquisas concretas sobre o problema dessa relação fundamental incorporaram postulados, premissas e soluções exóticas, teoricamente vagos, não avaliados criticamente e, algumas vezes, internamente contraditórios: disso resultou, obviamente, uma série de erros. (VIGOTSKY, 2010, p. 87).

Como coloca Vigotsky (2010), hoje se vive as mazelas sociais em virtude de uma sequência de erros relacionados aos problemas educacionais; a escola passou a desenvolver o assistencialismo social em todos os aspectos e o ensinar foi ficando para um papel secundário.

O professor diante da diversidade, passa às vezes mais de 50% (cinquenta por cento) de uma aula de 50 (cinquenta) minutos tentando conter uma turma de ânimos alterados e interesse nenhum a deixá-lo ser professor e a inoperância do sistema contribui para que as escolas percam e se distanciem do seu verdadeiro papel dentro da sociedade.

Dentro das escolas o professor praticamente trabalha sozinho porque não se tem outros profissionais como apoio, visto que, o sistema educacional está deficitário e as políticas públicas assistindo do alto dos seus interesses a educação declinando dos seus objetivos primordiais, perante uma sociedade que precisa rever seus conceitos de cidadania e respeito ao outro.

Segundo Gadotti (2006), “não se pode fazer mudança profunda no sistema de ensino sem um projeto social e um projeto de escola”. (GADOTTI, 2006. p. 41). Sendo assim, precisa-se da criação de projetos sociais, principalmente, nas comunidades que estão condenadas às mazelas que atingem os menos favorecidos; que abordem temas diversos e essenciais na formação para a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre as questões abordadas neste artigo, fica evidenciada a necessidade de uma intervenção das políticas públicas nas escolas, com trabalhos sociais efetivos e direcionados, principalmente, para as comunidades carentes, auxiliando assim, os professores no desenrolar das suas atividades educacionais.

Devem-se priorizar através de projetos, noções básicas de cidadania, disponibilizando palestras voltadas para temas como: família, educação, direitos e deveres, meio ambiente e tantos outros; oficinas que tratem da conservação do ambiente, profissionais da saúde com informes de higiene pessoal e psicólogos para trabalharem a autoestima dessas pessoas, que em virtude das dificuldades não acreditam nas possibilidades de reescreverem suas histórias de vida.

Diante do exposto, é primordial ressaltar que os professores também precisam de um olhar especial por parte das políticas públicas, criando possibilidades adequadas para que os mesmos possam desenvolver suas práticas no cotidiano escolar, tendo o apoio constante de recursos humanos e materiais necessários para que se tenha, ao menos, as mínimas condições de ensinar com dignidade e segurança.

Conclui-se, enfatizando, que ensinar nos anos iniciais, na atualidade está sendo uma tarefa desafiadora para os profissionais da educação, visto que, os mesmos estão, muitas vezes, exercendo papéis que antes pertenciam à base familiar. E que, em virtude da globalização, do capitalismo crescente do ter e poder e das mazelas sociais que atingem principalmente os bairros periféricos, está ficando para a escola a responsabilidade de desenvolver esse papel, sendo que, muitas crianças já chegam na escola influenciada por uma “cultura morte”, pois não vivenciaram como poderiam, valores humanos e não acreditando no outro nem em suas próprias possibilidades não reconhecem o sentido e o valor da escola.

No contexto atual, embora o professor não seja nem o vilão nem o herói dessa história, tem compromisso social de ser um dos protagonistas de uma nova história onde o ensinar e o educar estão entrelaçados.

Constituição da República Federativa do Brasil. 16ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997. – (Coleção Saraiva de legislação).

FELDMANN, Marina Graziela; D'AGUA, Solange Vera N. de L. **Escola e inclusão social: relato de uma experiência.** In: FELDMANN, Marina Graziela. Formação de professores e escola na contemporaneidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire.** – São Paulo: PAZ E TERRA, 1996 (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 24).

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro.** 4ª edição. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

NADAL, Beatriz Gomes. **A escola e sua função social: uma compreensão à luz do projeto de modernidade.** In: FELDMANN, Maria Graziela. Formação de professores e escola na contemporaneidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 5ª edição. – São Paulo: Contexto, 2007.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007. – (Psicologia e pedagogia).

Ana Cláudia Sousa Mendonça (autor)

Danilo Mota de Jesus (coautor1)

Rita de Cácia Santos Souza (coautor2)

Especialista em Gestão e Educação, Pedagoga, Professora da Rede Estadual, Técnica Pedagógica da DIEESP-Divisão de Educação Especial/SEED/SE, Membro do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência – NUPIEPED/UFS. anaclaudiasm70@hotmail.com.

Graduando em Matemática, Graduado em Odontologia, pós-graduando em Odontologia Legal motadaniilo@ymail.com.

Doutora em Educação pela UFBA (BA), membro da Sociedade Movimento dos Focolares, membro da Associação Brasileira de Educação Especial, membro do grupo de pesquisa em Educação Inclusiva pela UFBA (BA), do grupo de pesquisa História das Práticas Pedagógicas UNIT (SE), do Nupieped pela UFS (SE). E-mail: ritacssouzaa@yahoo.com.

Recebido em: 23/06/2015

Aprovado em: 24/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: